

Portugal perde recurso para recuperar verba de 30 milhões

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) confirmou a decisão da Comissão Europeia de excluir do financiamento a Portugal uma verba de quase 30 milhões de euros de despesas no âmbito dos fundos para a agricultura.

Portugal tinha recorrido para o TJUE em agosto de 2016 da decisão de Bruxelas de excluir despesas feitas a título do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) no montante de 29.957.339,70 euros, que havia sido tomada em junho de 2014. A Comissão Europeia excluiu do financiamento da UE, por deficiências na consolidação, o montante relativo a despesas declaradas por Portugal no âmbito das ajudas pagas a agricultores, nos exercícios de 2013 e 2014. Para além de negar provimento ao recurso, o acórdão condena Portugal no pagamento das despesas.



Pedido de recusa de juiz adia acórdão de corrupção com cartas de condução

O Tribunal Judicial de Braga adiou hoje "sine die" a leitura do acórdão dos 47 arguidos num processo de corrupção com cartas de condução, devido a um incidente de recusa de juiz suscitado por sete advogados de defesa.

No requerimento, os advogados aludem a "falta de imparcialidade" do tribunal por, a 23 de fevereiro, terem distribuído um documento com alterações não substanciais em que constava a expressão "factos provados", alegadamente mesmo antes de ter sido dado conhecimento dessas alterações aos arguidos.

A juíza presidente do coletivo admitiu hoje que se tratou de "lapso de escrita" mas sublinhou que a expressão "factos provados" não consta da ata e que, como tal, "não foram dados como provados quaisquer factos não comunicados aos arguidos".

O incidente de recusa de juiz vai seguir para o Tribunal da Relação de Guimarães, a quem caberá decidir se o aceita ou não.

Dívidas Municipais em Resende passarão a ser cobradas pela Autoridade Tributária e Aduaneira



Câmara Municipal aprova protocolo para a cobrança coerciva de impostos. O Executivo Municipal de Resende aprovou, na última reunião de Câmara, realizada no dia 7 de março, a celebração de um protocolo de cooperação com a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira para a cobrança coerciva de impostos e outras receitas administradas pela Câmara Municipal.

Assim, a cobrança aos titulares de dívidas ao Município de Resende será, depois de assinado o protocolo, efetuada pela AT através de processo de execução fiscal, com os demais encargos inerentes ao mesmo.

A Administração Tributária passará a ser competente para a cobrança coerciva das seguintes taxas e receitas: receitas provenientes da prestação do serviço público de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos; receitas provenientes da prestação de serviço de refeições escolares e dos transportes escolares; receitas provenientes da cobrança de taxas e outras receitas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; prestação de serviços e concessão de documentos; taxas no âmbito do Urbanismo e Licenciamento Urbano; cemitérios; ocupação da via pública e publicidade; utilização do mercado e feiras; utilização de equipamentos municipais e utilização de espaços públicos.

O titular da dívida poderá sempre evitar que o processo prossiga para execução fiscal, regularizando voluntariamente a situação junto dos serviços municipais.

Armamar na Feira Mundo Abreu

A Câmara Municipal de Armamar vai participar este fim de semana, pelo quinto ano consecutivo, na Feira de Viagens Mundo Abreu, na FIL em Lisboa. O certame organizado pela Viagens Abreu conhece este ano a sua décima sexta edição.

Nela os visitantes vão poder conhecer nas 96 lojas disponíveis a oferta turística de Norte a Sul de Portugal Continental, das Ilhas da Madeira e Açores.

Recorde-se que na semana passada Armamar esteve presente na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, entre os dias 28 de fevereiro e 4 de março, também na FIL.

É uma estratégia de atuação assente na valorização do território do município, da sua localização privilegiada numa região classificada Património da Humanidade e valendo-se dos recursos endógenos. É uma forma também de a Autarquia apoiar a crescente aposta do setor privado em áreas como o alojamento turístico, a restauração e os serviços de apoio à atividade turística.

